

APERFEIÇOAMENTO

Avanços e conquistas marcam primeiro ano da atual gestão

Georgia Baçvaroff



Diretoria faz balanço da atuação e planejamento para 2014

A diretoria realizou, no dia 19 de dezembro, última reunião de 2013 na qual fez balanço altamente positivo da atuação no 10º ano de gestão. Além da defesa incessante dos magistrados e de seus direitos, a Amagis manteve busca permanente pelo aperfeiçoamento do

Judiciário. No dia 18 de dezembro, o Órgão Especial do TJ aprovou a redação final da nova LODJ, com diversas propostas da Associação. No dia 19, a Amagis garantiu quitação de férias suspensas (2012) e reajuste isonômico a todos os magistrados.

Páginas 2, 3 e 5

PALESTRA

Gilmar Mendes visita a Amagis

Tiago Parrela



Gilmar Mendes e Herbert Carneiro

Em palestra na Amagis, sobre os 25 anos da Constituição, o ministro Gilmar Mendes, do STF, destacou a importância do associativismo para a construção de um Judiciário forte e independente. A visita de Gilmar Mendes faz parte das ações da Amagis pelo aperfeiçoamento e democratização do Judiciário e integra projeto da vice-presidência Sociocultural-Esportiva, coordenada pelo desembargador Tiago Pinto.

Página 18

Magistrados celebram ano positivo - Páginas 12 a 16

Roberto Rocha



Presidente defende magistratura na imprensa

Página 4

Desembargadores subscrevem eleições diretas

Página 6

Compromissos e desafios vencidos

HERBERT CARNEIRO*

Chegamos ao final do primeiro ano de nossa gestão, convencidos de que dedicamos cada um dos dias de 2013 à missão original da Amagis, de dedicação exclusiva às causas da magistratura. Em todos os momentos, de maior ou menor desafio, nossa diretoria, honrando os compromissos assumidos, provou presença, dedicação e combatividade.

Quando assumimos, invocamos a unidade pela valorização da classe, e a resposta foi imediata e ativa. A cada dia, ficamos mais fortes e organizados junto aos três Poderes e valorizados perante a sociedade, razão pela qual podemos, hoje, celebrar os expressivos avanços e conquistas do primeiro ano de intensa atuação.

A maior delas, destacamos, entre elas, a integração e a mobilização, materializadas na histórica assembleia que reuniu mais de 400 magistrados na sede da Associação. Por meio dessa força e união, fortalecemos e legitimamos a interlocução junto ao Legislativo, Executivo e Judiciário em defesa dos direitos trabalhistas da magistratura, melhorias nas condições de trabalho e de segurança e da modernização do Judiciário.

Pelas vias do debate e diálogo permanentes e da ação judicial, iniciamos nossa caminhada coletiva, com a participação de toda a classe, pelo resgate e recebimento dos créditos devidos, na integralidade e de maneira isonômica aos juízes de 1º e 2º graus, pelo pagamento de direitos trabalhistas, criação do cargo de assessores para todos os juízes, entre outros. Igualmente, agimos, de pronto, para defender colegas ameaçados e desrespeitados em várias comarcas, sem medir distâncias, dificuldades ou riscos.

Acusamos a vulnerabilidade dos fóruns e cobramos a adoção das mínimas condições de trabalho (remuneração compatível, mais juízes e assessores) e de segurança (como equipamentos e aprovação de um fundo específico de segurança).

Quanto mais nos organizamos e conquistamos avanços, ampliamos nossas demandas ante o necessário e urgente aperfeiçoamento e modernização do Judiciário. Como dissemos na posse, amparados na integração e participação, estamos dispostos a escrever uma nova página na história do associativismo da magistratura mineira.

Além da defesa intransigente do magistrado e dos direitos da classe, buscaremos permanentemente aprimoramentos ao Judiciário. A partir do reinício

do ano legislativo, retomaremos a caminhada na próxima etapa de revisão da LODJ na Assembleia de Minas, interlocução para a qual contamos e convocamos todos os magistrados junto aos deputados de sua região. Na primeira fase, registramos melhorias e avanços em favor da valorização da classe e das condições de trabalho para oferecer uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Em sinal de que o processo é nacional e irreversível, registramos o significativo reforço de desembargadores que subscreveram requerimento da Amagis para que o debate pela democratização do Judiciário chegasse ao Tribunal Pleno. Temos como bandeiras a extensão da elegibilidade a todos os desembargadores e a inclusão de todos os juízes na escolha do corpo diretivo de nosso Tribunal. O TJSP já exibiu avanço parcial na eleição de sua nova direção, ao reconhecer a elegibilidade de todos os desembargadores, em conformidade com decisão do STF.

Ignorar essas necessárias mudanças, e não debatê-las, é compartilhar que o Judiciário deve permanecer refém do atraso e do retrocesso e que caminhará para um futuro incerto ao não desapegar-se do passado que interessa a poucos. Tão importante ainda quanto o modelo é a oxigenação do perfil de gestões voltadas à capacitação e experiência administrativas e disposição ao diálogo.

Paralelamente ao aperfeiçoamento do Judiciário, somaremos forças para o resgate da dignidade e valorização do magistrado. São e serão prioridades permanentes, a recomposição monetária dos subsídios, o resgate do adicional por tempo de serviço, o pagamento dos créditos devidos, o tratamento isonômico a ativos e inativos, a manutenção do pagamento das aposentadorias pelo tribunal e a preservação e ampliação do nosso plano de saúde, entre outras.

Firmamos parcerias com a Assembleia Legislativa (Frente Parlamentar) e com a Escola Superior Dom Helder pelo aperfeiçoamento do Judiciário. As perspectivas para 2014 são ainda melhores, com a renovação da AMB e de nossa aliança nas lutas nacionais de interesse da classe, como o resgate do ATS. Além da AMB, reforçaremos a unidade da magistratura, junto à Anamatra, Ajufe, Amajum e todas as Associações estaduais, para impedir a violação de nossos direitos consagrados na Constituição. O cumprimento dessas metas e a superação dos desafios são a nossa missão, compromisso e obrigação.

Feliz 2014, felizes conquistas. ●

(*) Presidente da Amagis

“Quanto mais nos organizamos, conquistamos avanços e ampliamos nossas demandas ante o necessário e urgente aperfeiçoamento e modernização do Judiciário”



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrêla • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Diretoria retoma
interlocução com
Legislativo por nova LODJ

3

» Diretoria retoma interlocução com Legislativo por nova LODJ 03
» Associação defende LODJ e magistratura na imprensa 04
» Garantidos reajuste isonômico e quitação de férias suspensas 05
» Desembargadores reforçam proposta de eleições diretas 06
» Nova AMB assume para valorizar a magistratura 07
» Mineiros fortalecem a vocação e dedicação da Associação 08
» Campanha de valorização do Teatro Volta a BH 11
» Diálogo com os Três Poderes proporciona avanços em 2013 12

» Ministra Cármen Lúcia recebe honraria em BH 17
» Ministro reafirma importância do Judiciário para o País 18
» Entrevista » Ministro Gilmar Mendes 19
» Abertas inscrições para a Semana Santa de 2014 20
» Parcerias são intensificadas 21
» Mejud inaugura acervo literário de magistrados 22
» Aplicativo organiza metas para 2014 23
» Amagis Saúde cobre novos procedimentos da ANS 24

Associação defende
LODJ e magistratura
na Itatiaia

4

Amagis encerra 2013
com conquistas
trabalhistas

5

Desembargadores
reforçam proposta
de eleições diretas

6

PLANEJAMENTO

Diretoria retoma interlocução com Legislativo por nova LODJ

No dia seguinte à aprovação da redação final do anteprojeto da LODJ pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no dia 18 de dezembro, a diretoria da Amagis reuniu-se para definir a retomada da interlocução com os parlamentares durante a tramitação da proposta na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

De acordo com o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, a diretoria irá intensificar o diálogo com os deputados, demonstrando a importância das emendas para o Judiciário. Para isso, conta com o empenho de toda a magistratura mineira no diálogo com os parlamentares de cada região do Estado.

Com o apoio dos diretores da Associação, Herbert Carneiro envidou esforços para que a nova redação da LODJ trouxesse avanços para a classe e, consequentemente, por uma justiça cada vez mais célere e eficiente aos cidadãos.

Georgia Bagvaroff



Órgão Especial do TJMG aprovou o relatório final da nova LODJ

Entre as emendas aprovadas pela Amagis, e que seguem agora para a Assembleia, estão a convocação de juizes para substituir desembargadores em caso de afastamento por mais de trinta dias; inclusão de defensores públicos e procuradores de justiça nas sustentações orais em sessões de julgamento do Tribunal de Justiça; designação de, no mínimo, três juizes para cooperação

em vara ou comarca em que for constatada ameaça a juiz titular; gratificação mensal, destinada a todos os diretores de foro, pelo exercício da direção do fórum, independentemente da quantidade de varas instaladas.

Também foram aprovadas pelo Tribunal de Justiça, a compensação ou indenização por conta de plantão, recebimento de diárias e pagamento de despesas

de transportes e direito a um subsídio quando o juiz for removido ou promovido para outra comarca. Além disso, ao servidor público cônjuge de magistrado designado, removido ou promovido, será permitido acompanhá-lo, com lotação provisória na comarca, para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

Os magistrados ainda terão direito ao

auxílio-saúde, a meio subsídio anual para a aquisição de livros técnicos e a gratificação mensal pelo trabalho como membro de turma recursal.

A última revisão ocorreu em 2008, com base na Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto daquele ano, sendo possível, agora, apresentar proposta de modificação, como acontece a cada dois anos. ●



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!



DEBATE

Associação defende LODJ e magistratura na imprensa

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, participou, no dia 9 de dezembro, de debate no programa 'Chamada Geral', na Rádio Itatiaia, para defender as propostas e contestar informações inverídicas divulgadas à imprensa sobre o anteprojeto da Lei Orgânica e Divisão Judiciárias (LODJ), que ainda será encaminhado à apreciação da Assembleia Legislativa.

Herbert Carneiro reafirmou que as propostas feitas pela Amagis na LODJ visam à melhoria da prestação jurisdicional e não acarretarão gastos acima do teto. "Nossas emendas respeitam o que prevê as Constituições Estadual e Federal". Ele rechaçou ainda os ataques grosseiros e inverídicos

à magistratura feitos pelo coordenador do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância de Minas Gerais (Sinjus-MG), Robert França. Em função disso, o presidente da Amagis ajuizou, no dia 11 de dezembro, queixa-crime contra o sindicalista, que terá de dar explicações e provar suas afirmações perante a Justiça.

A queixa-crime e o debate repercutiram entre magistrados de todo o Estado, que manifestaram apoio ao presidente da Associação. Durante a sessão do dia 5 de dezembro, a

2ª Câmara Criminal do TJMG manifestou voto de apoio ao presidente da Amagis, proposto pelo vice-presidente Legislativo da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes.

Na avaliação do juiz Carlos Eduardo Gonçalves, da Comarca de Sete Lagoas, as críticas feitas desvirtuaram o conceito sobre os direitos trabalhistas da magistratura. O magistrado disse ainda que a legislação sobre o tema encontra respaldo no texto constitucional, já foi adotada em outros Tribunais e endossadas pelo CNJ e STF. Para a

diretora de Comunicação da Amagis, juíza Aldina de Carvalho Soares, o presidente da Amagis agiu com lucidez, firmeza, inteligência e coragem, defendendo veementemente os interesses da classe e restabelecendo a verdade dos fatos.

O juiz aposentado César Augusto Westin lembrou as palavras do ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, de quem foi aluno em 1973, que considerava o tacanho ditado de que o Judiciário era tão somente o "Poder Discreto" – no sentido de omissão – uma responsabilidade da própria classe. E para o ministro, segundo Westin, a magistratura não deveria ser tão silente e submissa aos demais poderes. ●

"Nossas emendas respeitam o que prevê as Constituições Estadual e Federal"

Bruno Gontijo



Herbert Carneiro fala ao vivo no programa 'Chamada Geral'

APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

Amagis vai ouvir magistrados para buscar melhorias

Traçar uma radiografia do Judiciário mineiro, a partir da perspectiva dos magistrados sobre temas de repercussão sobre a atividade judicante, como orçamento, eleição para o Tribunal, segurança nas unidades judiciárias, celeridade da Justiça, formação continuada e aperfeiçoamento na carreira, é o objetivo de uma pesquisa que será realizada pela Amagis, em parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara, com a participação dos juízes e desembargadores. A ideia é conhecer os principais anseios dos magistrados mineiros relativos aos temas citados acima e buscar, juntamente com eles, o aperfeiçoamento por meio de um planejamento estratégico para o Judiciário mineiro.

Para isso, a Comissão da Amagis respon-

sável pelo desenvolvimento do convênio com a Dom Helder firmou parceria com a Escola, no dia 28 de novembro, durante reunião realizada na sede da Associação, em Belo Horizonte.

De acordo com o presidente da Comissão, desembargador Newton Teixeira, a legitimação de todo o trabalho, que será desenvolvido durante e depois da pesquisa, está na participação dos magistrados mineiros,

que são os verdadeiros autores do processo e quem lida, no dia a dia, com as demandas e necessidades do Judiciário. "A pesquisa será feita com a participação direta dos magistrados, de modo a direcionar o

trabalho em cima das demandas e anseios dos juízes mineiros", adianta o magistrado.

O pesquisador Milton Oliveira, especialista em pesquisa de mercado, é o responsável pela parte técnica do levantamento a ser realizado. De acordo com ele,

"A pesquisa será feita com a participação direta de todos os magistrados"

será enviada mensagem por e-mail, em fevereiro próximo, aos magistrados mineiros com o questionário que vai abordar os principais te-

mas a serem trabalhados. Milton garante que o sigilo e o anonimato do magistrado participante serão mantidos e que todas as informações serão armazenadas para a elaboração do relatório estatístico. ●

DEFESA DOS DIREITOS

Garantidos reajuste isonômico e quitação de férias suspensas

A Amagis garantiu o pagamento de direitos trabalhistas aos magistrados mineiros pelas vias institucional (pagamento de férias suspensas) e jurídica (reajuste isonômico a todos os magistrados). Ambas as conquistas mais a aprovação, pelo Órgão Especial do TJMG, da redação final da nova LODJ marcaram o mês de dezembro e foram temas da última reunião da diretoria em 2013, no dia 19 de dezembro, na qual foi feito um balanço altamente positivo da atuação no primeiro ano de gestão.

Durante reunião com o presidente em exercício do TJMG, desembargador Almeida Melo, e com o juiz auxiliar da Presidência Nicolau Lupianhes Neto, no dia 19 de dezembro, após intensas interlocuções com Tribunal, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, obteve o compromisso de quitação das férias suspensas por necessidade do serviço, relativas ao segundo semestre de 2012.

Herbert Carneiro observou que vinham sendo mantidas trata-

tivas com o presidente do TJ, desembargador Joaquim Herculano, para garantir o pagamento das verbas trabalhistas dos magistrados. Diante das possibilidades orçamentárias e financeiras apuradas no final do ano, o pleito da Amagis foi atendido conforme compromisso antes acertado. Os magistrados que estiverem na situação acima receberão a indenização tão logo seja concluído o processamento da folha de pagamento.

A conquista é resultado de persistente

e permanente diálogo da Associação junto ao Tribunal, buscando convergir os interesses dos magistrados e as condições de trabalho com os investimentos e prioridades do TJMG.

ISONOMIA CONFIRMADA

Outro importante avanço foi a decisão do juiz Mauro Pena Rocha, da 4ª Vara da Fazenda Pública e Avarquias da Comarca de Belo Horizonte, julgando procedente ação ordinária coletiva, impenetrada pela Amagis, que cobrava isonomia

de reajuste e irreduzibilidade de vencimento para todos os magistrados. A decisão reconheceu “o direito adquirido dos magistrados a receberem a vantagem pessoal e o direito de obterem reajustes anuais, nos termos do art. 37, X da CR/88”.

Na ação, interposta pela Amagis no dia 29 de maio de 2013, feita em favor de 371 associados, cumprindo a missão associativa permanente de resguardar os direitos e as prerrogativas dos magistrados mineiros, foi pedida a nulidade da absorção da parcela sob a rubrica do artigo 95, III, da Constituição Federal e pleiteado o pagamento de diferenças atrasadas dos subsídios.

De acordo o texto da ação, o que se buscou foi a não absorção da parcela mencionada acima e a aplicação, a todos os magistrados, da recomposição monetária anual. Segundo o argumento, a absorção da parcela do artigo 95, inciso III da CF, só deve ocorrer em caso de aumento real, conforme segue no texto da inicial: “... que seja aplicado ou mantido o reajuste dos valores dos subsídios mensais dos magistrados beneficiários da ação, nos percentuais dos incisos I e II do art. 1º da Lei Estadual nº 18.698 de 2010, para seu efetivo recebimento integral, anulando-se as absorções impugnadas relativas às parcelas do art. 95...”.



DEMOCRATIZAÇÃO

Desembargadores reforçam proposta de eleições diretas

Com a subscrição de mais de um terço dos desembargadores, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, requereu ao presidente em exercício do TJ, desembargador Almeida Melo, no dia 19 de dezembro, convocação do Tribunal Pleno, para apreciar a proposta de alteração do Regimento Interno do TJMG em favor da realização de eleições diretas na eleição do corpo diretivo do Tribunal.

De autoria da Amagis, a proposta amplia a elegibilidade para a direção do Tribunal a todos os desembargadores integrantes do Tribunal Pleno, e inclui todos os juízes na escolha do corpo diretivo do TJ. A proposta foi aprovada na histórica assembleia geral da Amagis realizada no dia 9 de agosto, em Belo Horizonte.

SÃO PAULO

A proposta de eleições diretas já é processo nacional e irreversível. No dia 4 de dezembro, em conformidade com decisão do STF, o Tribunal de Justiça de São Paulo realizou escolha de sua nova direção entre todos os desembargadores. No dia 10 de outubro, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo, havia concedido liminar suspendendo decisão do CNJ, que determinava que apenas os três desembargadores mais antigos eram elegíveis ao cargo de direção do TJSP.

Na liminar, o ministro Lewandowski afirmou que a Constituição Federal não deu ao CNJ competência para “dirimir controvérsias” como a apresentada pelo TJSP de receptividade ou não do artigo 102 da Loman pela

Constituição. O magistrado lembrou ainda que o tema é discutido pelo Supremo na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.976.

RIO DE JANEIRO

A Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (Amaerj) também protocolou, no dia 15 de outubro, pedido de alteração do regimento interno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para que juízes vitalícios tenham direito de participar da escolha da direção. Um abaixo-assinado de centenas de associados que apoiam a mudança seguiu com o requerimento.

Já em Brasília, o novo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz João Ricardo dos Santos Costa, ressaltou a importância da democratização dos tribunais em seu discurso de posse, no dia 17 de dezembro. “É inconcebível que em um estado constitucional de base democrática, um dos poderes da República ainda tenha os seus dirigentes escolhidos de forma a lembrar o voto censitário. Queremos que todos os juízes votem para escolher os presidentes dos tribunais, vamos priorizar essa luta, porque terá fortes reflexos no aprimoramento do Judiciário”, afirmou João Ricardo em seu discurso de posse.

A democratização já obteve vitória na Câmara dos Deputados. No dia 15 de outubro, a CCJ aprovou a admissibilidade da PEC 187/12, que pretende dar a todos os magistrados vitalícios em atividade, de 1ª e 2ª instâncias, o direito de votar em eleições para os órgãos diretivos dos tribunais. ●

Tiago Parrela



Almeida Melo e Herbert Carneiro

CÓPIA

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Belo Horizonte, 18 de Dezembro de 2013.

TJMG

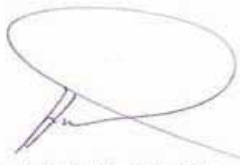
TJMG PROTOCOLO
0000915191201317
CONT.º - 02 18/12/2013 09:58:34

Exmo. Sr. Presidente,

Vimos subscrever e apresentar, também como nossa, a proposta da AMAGIS, nos termos do art. 190, inc. III, e art. 196, III, RITJMG, para a alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nos termos do ofício 106/2013/Amagis, anexo.

Requeremos, assim, apresentando lista anexa por todos subscrita, a convocação do Tribunal Pleno, nos termos e prazo do art. 192 e seguintes do RITJMG.

Atenciosamente,


Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Exmo. Sr.
Desembargador José Tarcízio de Almeida Melo
DD. Presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Belo Horizonte

9

ASSOCIATIVISMO

Nova AMB assume para valorizar a magistratura

A nova diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tomou posse para o triênio 2014-2016, sob o comando do juiz gaúcho João Ricardo dos Santos Costa, no dia 17 de dezembro, durante cerimônia que reuniu mais de 800 pessoas, em Brasília. A nova gestão é integrada por 16 magistrados mineiros, entre eles o vice-presidente de Assuntos Legislativos, desembargador Nelson Missias de Moraes, e o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), juiz Marcelo Piragibe.

Em seu discurso, João Ricardo convocou todos a acreditarem nas mudanças, assumindo que seu compromisso e da nova diretoria é mostrar para a sociedade que é possível avançar e crescer. Adiantou que, para isso, há necessária readequação institucional da AMB frente aos desafios impostos à magistratura e à sociedade. “Faremos no intuito de marcar uma participação distanciada do corporativismo reducionista. Afinal, as nossas demandas são demandas da sociedade”, pontuou ele, ao manifestar apoio institucional à luta pela celeridade do processo.

Reafirmou compromisso com a luta por uma carreira estável, com avanços por tempo de serviço e remuneração compatível com garantias da paridade e integralidade remuneratória na aposentadoria. “Os nossos vencimentos estão tão defasados que

Júnior Aragão



Nova diretoria da AMB e o ministro Lewandowski na posse

já representam um terço a menos desde a implementação da política de subsídios”, apontou.

Advertiu que a vitalidade corre sério risco por conta de emendas que tramitam no Congresso Nacional, com o objetivo de enfraquecer o Judiciário e convocou todos contra essas ameaças. Disse ainda ser inconcebível que, em um estado constitucional de base democrática, um dos Poderes da República ainda tenha os seus dirigentes escolhidos de forma a lembrar o voto censitário. “Queremos que todos os juizes votem para escolher os presidentes dos tribunais. Vamos priorizar essa luta, porque terá fortes reflexos no aprimoramento do Judiciário”, adiantou.

PARCERIA RENOVADA

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, pres-

Amagis



Herbert Carneiro e João Ricardo

tigiu a posse da nova diretoria da AMB, convencido de que a renovação dará novo fôlego ao movimento associativo da magistratura em todo o país, com repercussão positiva para as conquistas da classe.

“Seremos parceiros permanentes nas lutas nacionais de interesse da magistratura que é, ao final, nacional. Precisamos fortalecer

a unidade da magistratura em seus diversos segmentos, estadual e federal, trabalhista, militar, aposentados e pensionistas”, sustentou Herbert Carneiro, destacando a presença expressiva dos magistrados mineiros na nova diretoria. “A presença desses colegas, dedicados à causa da magistratura, nos anima a prever avanços para toda a

classe”, disse, destacando prioridades como o resgate do ATS e o novo projeto do novo Estatuto da Magistratura no Congresso Nacional.

Herbert Carneiro elogiou ainda a proposta do novo coordenador da Justiça Estadual, juiz Gervásio dos Santos, de revitalizar o relacionamento com as Associações estaduais de magistrados. ●

NOVA AMB

Mineiros fortalecem a vocação e dedicação da Associação

Empossada no dia 17 de dezembro, a nova diretoria da AMB contará com a presença e a dedicação de 16 magistrados mineiros, que esperam corresponder com um dos mais altos índices de aprovação da chapa vencedora nas eleições de novembro. Minas contribui com 82% de seus votos (536 votos) em favor do novo presidente, João Ricardo dos Santos.

Integram a nova diretoria os seguintes magistrados: Nelson Missias de Moraes, vice-presidente Legislativo; Rúbio Paulino Coelho, coordenador-adjunto Militar; Doorgal Gustavo Borges de Andrada e Geraldo Domingos Coelho, da Secretaria de Assuntos Legislativos; Reynaldo Ximenes Carneiro, assessor da Presidência; Fabiana da Cunha Pasqua, diretora da Secretaria da Mulher Magistrada; Aldina de Carvalho Soares, diretora da Secretaria de Cultura; José Aluisio Neves, diretor-adjunto de Esportes, e Glauco Eduardo Soares Fernandes, diretor regional Sudeste.

Pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), entidade ligada à AMB, assumiram Marcelo Cavalcanti Piragibe Magalhães, diretor-presidente; Ivone Campos Guillarducci Cerqueira, diretora-adjunta da Justiça Eleitoral da ENM; Fernando José Armando Ribeiro, diretor-adjunto da Justiça Militar; Luiz Guilherme Marques e Roberta Araújo de Carvalho Maciel, assessores especiais, e Tiago Pinto, coordenador, e Wagner Guerreiro

Ao final da eleição, os representantes de Minas

divulgaram carta aos magistrados mineiros, compartilhando o êxito do resultado das eleições. “A vitória é da magistratura, especialmente para Minas, que é símbolo da persistência dos ideais de lutas na defesa das prerrogativas e direitos dos Juízes. É a voz dos juízes mineiros no cenário nacional, no palco dos embates, de onde não vão se ausentar, por vocação e tradição”.

De acordo com o vice-presidente para Assuntos Legislativos, desembargador Nelson Missias de Moraes (ex-presidente da Amagis), o projeto da nova gestão é intensificar a atuação da AMB em defesa intransigente dos magistrados e de seus interesses junto ao Congresso Nacional, tribunais superiores e CNJ. “É o Congresso Nacional que vai pautar as conquistas, os avanços para a magistratura e a própria cidadania. O que nós mais queremos é uma Justiça mais cidadã, e, para isso, nós dependemos da valorização da magistratura. Vamos buscar isso no Congresso Nacional e nos outros Poderes”.

Marcelo Piragibe reafirmou que o compromisso da ENM é a permanente atualização da magistratura e de seus conhecimentos técnicos e humanos em favor de uma Justiça mais cidadã. Um dos primeiros objetivos é a intensificação da realização de mestrados profissionalizantes. “Essa é uma ação sempre solicitada pelos juízes e que possibilita a promoção por merecimento”. •

Júnior Aragão

**Nelson Missias é o novo vice-presidente Legislativo da AMB**

Júnior Aragão

**Marcelo Piragibe assume a Escola Nacional da Magistratura**

Amagis

**Magistrados mineiros na solenidade de posse da nova diretoria**

Renata Caldeira/TJMG



DESEMBARGADOR AUDEBERT DELAGE FILHO

A Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais lançou, no dia 29 de outubro, o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado. Boa notícia para o cidadão, mas também para magistrados, oficiais e tabeliães de Minas Gerais, pois a obra, composta por cerca de mil artigos, sistematiza e unifica em um só documento todos os atos referentes aos serviços notariais. O trabalho foi realizado por um grupo especial, composto por 12 membros, presidido pelo juiz auxiliar da Corregedoria Gilson Lemes e instituído pelo corregedor-geral, desembargador Audebert Delage Filho. Nesta entrevista ao Jornal DECISÃO, o corregedor fala mais sobre o novo código e os benefícios que ele traz à população de Minas Gerais.

Quais os objetivos do Código de Normas?

Os objetivos principais que nortearam a edição do Código de Normas foram a atualização, consolidação, sistematização e unificação dos atos normativos aplicáveis aos serviços notariais e de registro em um único ato. Isso porque a Corregedoria-Geral de Justiça, em 2006, por meio do Provimento nº 161, codificou os seus atos normativos relacionados aos serviços judiciais. Contudo, devido à grandiosidade dos trabalhos, em razão dos milhares de atos administrativos editados desde a sua organização, em 1948, a codificação dos atos ficou para ser promovida posteriormente. Portanto, existiam inúmeros provimentos, portarias e orientações avulsas da Corregedoria-Geral de Justiça acerca do funcionamento dos cartórios e da disciplina dos notários e registradores, bem como sobre

interpretação de atos normativos federais e estaduais, fato que dificultava a consulta dos interessados.

Quais são as inovações trazidas pelo Código?

Dentre as inúmeras inovações do Código de Normas, posso destacar a padronização do horário de funcionamento de todas as serventias no Estado de Minas Gerais e a autorização para atendimento aos sábados, exceto para os Tabelionatos de Protesto e Registros de Imóveis. Também saliento a recomendação para que os delegatários envidem esforços no sentido de que as instalações das serventias sejam acessíveis às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida. Quanto ao Tabelionato de Notas, destaco a norma no sentido de que, doravante, o adquirente de imóvel poderá, no ato de lavratura da escritura pública, dispensar as

certidões de feitos ajuizados. Para o Registro Civil de Pessoas Naturais, as novidades ficam por conta da regulamentação das Unidades Interligadas de Registro Civil em Maternidades, com possibilidade de realização dos registros de nascimentos naquele local, com a imediata expedição da certidão, e a padronização das certidões do registro civil e do procedimento para habilitação de casamento, com o mesmo tratamento dispensado às pessoas de sexo diferente e de mesmo sexo. Para o Registro de Imóveis, restou expresso que o prazo para o exame e qualificação dos títulos, cálculo dos emolumentos e disponibilização para a retirada pelo apresentante será reduzido para, no máximo, 15 dias, contados da data em que ingressou na serventia.

Quem são os principais beneficiados

com o lançamento do Código de Normas?

O código será de grande benefício para a Corregedoria-Geral de Justiça, os magistrados, notários, registradores e demais operadores do Direito, mas também para os cidadãos em geral que, doravante, quando utilizarem os serviços extrajudiciais, serão atendidos com procedimentos padronizados e uniformes em todos os mais de 3.000 cartórios extrajudiciais do Estado de Minas Gerais. A referida obra, consubstanciada no Provimento nº 260, de 18 de outubro de 2013, editada por meio de 5.000 exemplares com a finalidade de ofertar um livro para cada um dos magistrados, oficiais de registro e tabeliães do Estado de Minas Gerais, também pode ser acessada pelo site do Tribunal de Justiça, na página da Corregedoria. ●

“

Dentre as inúmeras inovações do Código de Normas, posso destacar a padronização do horário de funcionamento de todas as serventias no Estado

O código será de grande benefício para a Corregedoria Geral de Justiça, os magistrados, notários, registradores e demais operadores do Direito, mas também para os cidadãos em geral

Para o Registro Civil de Pessoas Naturais, as novidades ficam por conta da regulamentação das Unidades Interligadas de Registro Civil em Maternidades, com possibilidade de realização dos registros de nascimentos naquele local

”

NO AR

Veja os destaques dos programas de TV em dezembro

PENSAMENTO JURÍDICO



CRIMES HEDIONDOS

A prática de crimes hediondos cresce no País e atinge níveis alarmantes. Por conta disso, o Congresso quer mudar a legislação, priorizando esses processos e punindo com mais rigor. Para debater o assunto, convidamos o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, da 5ª Câmara Criminal do TJMG. Endurecer é a solução? A corrupção pode ser enquadrada nessa categoria? (Foto)

MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO MINEIRO

A Memória do Judiciário Mineiro, Mejud, completou 25 anos em novembro deste ano. Qual é a importância de se conhecer a história e a trajetória da Justiça? Que mudanças marcaram e transformaram o Poder Judiciário? O ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e superintendente da Mejud desembargador Lúcio Urbano foi o entrevistado do programa.

JANTAR DA MAGISTRATURA 2013

Juizes e juízas mineiros, do interior e da capital, da primeira e segunda instância, aposentados e pensionistas reuniram-se mais uma vez, em Belo Horizonte, para o encontro de integração e confraternização da magistratura. O Pensamento Jurídico, em edição especial, registrou o evento que teve a participação de cerca de 500 pessoas entre magistrados, familiares e representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.

FÓRUMS DE MINAS GERAIS

A juíza Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Ouro Preto, reuniu em 570 páginas virtuais de um livro eletrônico a história dos fóruns de Minas Gerais. A magistrada mostrou, no Pensamento Jurídico, a importância de conhecer a origem e os nomes dados a cada um deles e como o tempo alterou as fachadas, a arquitetura e a gestão nas comarcas. Confira! ●

ASSISTA

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 18h30

TV Comunitária

Canal 6 ou 13
Sábado, às 20h30

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

REDE OUVIR

Para falar sobre a rede mineira de ouvidorias públicas, convidamos o desembargador Doorgal Andrada, ouvidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e o Ouvidor-Geral do Estado Fábio Caldeira. Os entrevistados discutiram a relação entre a Rede Ouvir, a Constituição de 88 e a garantia dos direitos de acesso à informação e da cidadania. Quais são as metas da Rede Ouvir? Como ela vai funcionar? O projeto dará mais agilidade e transparência no atendimento à população? (Foto)

FAMÍLIAS: PLURALIDADE E FELICIDADE

Congresso realizado em Araxá (MG), no mês de novembro, teve como tema central a “pluralidade” e a “felicidade” das famílias brasileiras. No estúdio, recebemos a juíza Fabiana da Cunha Pasqua, da 7ª Vara de Família de Belo Horizonte, e a advogada especialista em Direito de Família Juliana Gontijo. Qual é a pluralidade das famílias hoje? O que precisa ser alterado para que o Direito de Família contribua para assegurar essa felicidade como um direito social?

CYBERBULLYING

Vinte e cinco denúncias são registradas por semana em Belo Horizonte, segundo a Delegacia Especializada em Crimes Cibernéticos. O que o cyberbullying pode ocasionar? Qual o perfil dos autores do crime? Como a lei brasileira reprime esses crimes? O advogado Fernando Botelho e o presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB-MG, Luis Felipe da Silva Freire, foram convidados para debater o assunto.

OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Foi comemorado em 3 de dezembro, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que existem no Brasil aproximadamente 45 milhões de pessoas com alguma deficiência. Isto representa 23,91% da população. O Via Justiça recebeu a juíza Maria Luiza Assunção, da 8ª Vara Cível de Belo Horizonte, e Kátia Ferraz, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Condep) para discutirem o assunto. ●

ASSISTA

TV Assembleia

Canal 11
Sexta-Feira, às 23h

TV Comunitária

Canal 6 ou 901
Sábado, às 22h

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 15h30

RESPEITÁVEL PÚBLICO

Campanha de Popularização do Teatro volta a BH

Nos três primeiros meses de 2014, a capital mineira irá receber a 40ª edição da Campanha de Popularização do Teatro e da Dança. Organizado pelo Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais (Sinparc-MG), o evento tem ingressos com preços populares a partir de R\$5,00 e acontece em diversos espaços culturais da cidade.

As apresentações começam a ser realizadas no dia 3 de janeiro e terminam no dia 4 de março. Ao todo, serão exibidas 141 peças, sendo 93 adultas, 42 infantis e 6 de dança. Além dos espetáculos que já são tradicionais, neste ano, a campanha terá 47

estreias. Entre elas, podemos citar três: “Tango Nuestro Baile”, “Aonde está você agora?” e “Lisbela e o Prisioneiro”.

O festival movimentará a cena teatral de Belo Horizonte nas férias e é uma alternativa de diversão para quem não pretende viajar nos meses de verão. A expectativa de público para esta edição da campanha é de 440 mil pessoas. Ficou interessado? Os ingressos podem ser adquiridos nas bilheteiras dos teatros, nos postos de vendas do Sinparc e também pela internet. Outras informações e a programação completa podem ser acessadas no site www.sinparc.com.br

Samuel Mendes



Peça 180 dias de inverno em cartaz no Klaus Vianna

POSTOS DE VENDAS DO SINPARC

Mercado das Flores

(Av. Afonso Pena, esquina com Rua da Bahia)
Diariamente, das 9h às 19h

FNAC - BH Shopping (4º andar)

Segunda-feira a sábado, das 10h às 19h
Domingos, das 14h às 18h

Shopping Cidade (Piso Goitacazes)

Segunda-feira a sábado, das 9h às 19h
Domingos, das 12h às 18h

Shopping Pátio Savassi (Piso L2)

Segunda-feira a sábado, das 10h às 19h
Domingos, das 14h às 18h

Big Shopping

Segunda-feira a sábado, das 10h às 19h
Domingos, das 14h às 18h

ViaShopping (Barreiro)

Quinta e Sexta-feira, das 10h às 19h

Belotur Pampulha (Museu Álvaro Hardy – VEVECO)

Sábado e Domingo, das 10h às 16h

PREÇO:

R\$ 5, R\$ 8, R\$ 10 ou R\$ 12 (preço nos postos de venda para peça adulto, infantil e dança).

Nas bilheteiras dos teatros os preços são diferentes, conforme cada estabelecimento.

PAGAMENTO EM DINHEIRO

ESPETÁCULO	LOCAL	DATA
Assunta Brasil, humor, música e poesia.	CCBB SESC Palladium UNI-BH	22 jan a 26 jan 06 fev a 07 fev 21 fev e 23 fev
180 dias de inverno	Teatro do Oi Futuro Klauss Vianna	06 fev a 16 fev
A dama desnuda	Cine Theatro Brasil Vallourec SESC Palladium	08 jan 08 fev
Amor a dois	Teatro do Pátio Savassi	01 fev a 28 fev
Aonde você está agora?	Teatro SESI Holcim	07 jan a 30 jan
Tio Vânia (aos que vierem depois de nós)	SESC Palladium	21 fev a 23 fev
“Nowhereland” agora estamos aqui	Teatro do Oi Futuro Klauss Vianna	21 fev e 23 fev
Pó de nuvens	Teatro Bradesco SESC Palladium	27 de jan e 28 jan 04 fev e 05 fev
Tango Nuestro Baile	Teatro do Colégio Arnaldo	05 fev a 27 fev
Por um fio	Cine Theatro Brasil Vallourec	15 fev e 16 fev
Jovens Hermanos	SESC Palladium	27 fev

VENDA ONLINE:

www.sinparc.com.br e www.ingressobh.com.br

O pagamento é feito por meio de Cartão de Crédito ou Cartão de Débito Bancário. A pessoa deverá retirar o ingresso na bilheteria do teatro 30 minutos antes do espetáculo. Os ingressos comprados pela internet terão acréscimo de uma taxa de conveniência, que varia de acordo com o valor e a quantidade comprada. Consulte a tabela no site.

INTEGRAÇÃO

Diálogo com os Três Poderes proporciona avanços em 2013

Além de celebrar as conquistas de 2013 e projetar os desafios para 2014, o Encontro de Integração e Confraternização da Magistratura Mineira teve o objetivo de consolidar a integração entre os juízes do interior e da capital, ativos e inativos e pensionistas em torno das bandeiras da Amagis, como o aperfeiçoamento e modernização do Judiciário. Realizado no dia 6 de dezembro, o evento reuniu cerca de 500 pessoas, entre elas, magistrados e seus familiares, representantes dos Três Poderes e outros parceiros.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, compartilhou com os colegas os resultados do primeiro ano da atual gestão, destacando os grandes desafios e a disposição no compromisso pela luta de valorização e união da magistratura mineira.

Aliado ao empenho da diretoria, Herbert Carneiro enalteceu a importância do diálogo com os Três Poderes para garantir avanços para o Judiciário em 2013, destacando, na ocasião, a presença do vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, de vários deputados que estiveram presentes no conagraamento e a interlocução com o presidente do TJMG, Joaquim Herculano, que, ao longo do ano, soube compreender que a bandeira da Amagis é a valorização e independência da classe. "Só seremos fortes e valorizados se tivermos o sentimento da união e coesão da magistratura nacional e mineira", afirmou Herbert Carneiro.

Confirmando a importância da unidade da

Roberto Rocha



Herbert Carneiro, Alberto Pinto Coelho e Joaquim Herculano



Show da Banda Márcia Prímola animou a confraternização da magistratura mineira e familiares

magistratura mineira, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, reafirmou a necessidade de a Amagis e o Tribunal caminharem juntos, "para que possamos alcançar nosso objetivo que é o de oferecer sempre uma instituição judiciária à altura do povo mineiro".

Na avaliação do vice-governador Alberto Pinto Coelho, a Amagis e o Tribunal estão cumprindo seus papéis no sentido de proporcionar aos magistra-

dos meios adequados para que eles possam exercer a justiça da melhor maneira possível. "Para isso, o desembargador Herbert Carneiro tem feito uma interlocução muito grande com a sociedade, com os meios de comunicação e uma atuação muito firme em defesa das prerrogativas", declarou.

CONQUISTAS

Entre os avanços conquistados em 2013, estão o pagamento dos direitos

trabalhistas aos magistrados, a aprovação de emendas de interesse da classe na reforma da nova LODJ, a ampliação de cargos de assessor para juízes, suspensão da cobrança indevida sobre o terço de férias, criação do Fundo do Poder Judiciário, destinado à melhoria das condições de trabalho e de segurança e reforma e construção de prédios. E mais: a recomposição dos subsídios, o lançamento da Frente Parlamentar de Aperfeiçoamento

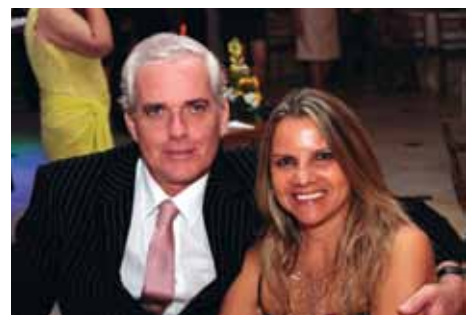
da Justiça e a parceria com a Escola Superior Dom Helder Câmara.

A instalação da Frente Parlamentar consolidou a permanente interlocução com o Legislativo, no sentido de agilizar a tramitação dos projetos de interesse da magistratura. Dessa parceria, resultou a aprovação, por exemplo, do Fundo Especial do Poder Judiciário, que dotará a Justiça de recursos para o aprimoramento do atendimento ao cidadão. ●



Magistrados e familiares participam do Encontro de Integração e Confraternização de fim de ano, realizado em Belo Horizonte







HÉLIO COSTA

Ministra Cármen Lúcia recebe honraria em BH

O Judiciário mineiro e a Comarca de Belo Horizonte homenagearam a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF, com a Medalha Hélio Costa, no dia 16 de dezembro. Durante a solenidade, realizada na sede do TJMG, a ministra agradeceu a homenagem que considerou muito especial por ter sido aluna do desembargador Hélio Costa na PUC Minas. Em seu discurso, ressaltou a importância dos pais e mestres na vida e formação das pessoas.

“Tenho o papel de servir e sempre tentar melhorar, como tento fa-

zer, e de dar o melhor de mim para merecer o que os senhores me concederam”, disse, emocionada, a ministra.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades dos Três Poderes. O juiz Maurício Soares representou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

A Medalha Desembargador Hélio Costa destina-se a agradecer àqueles que prestaram ou prestam relevantes serviços ao Poder Judiciário. É concedida de dois em dois anos, com solenidade em todas as comarcas do Estado. ●

Georgia Baçvaroff



Ministra Cármen Lúcia entre Delage Filho e Almeida Melo

POSSE

Tribunal tem novo integrante

Adriano Boaventura



Almeida Melo, Paulo Calmon e família

Tomou posse, no dia 18 de dezembro, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o procurador de Justiça Paulo Calmon Nogueira da Gama. A cerimônia de posse do magistrado, que integrará a 7ª Câmara Criminal do TJMG, foi realizada no gabinete da Presidência do Tribunal.

Antes de ingressar na magistratura, Paulo Calmon atuou no Ministério Público de Minas Gerais, em 1991. O novo desembargador também é mestre em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. ●

AMPLIAÇÃO

Sete municípios mineiros receberão novas Apacs

Marcelo Albert/TJMG



Nelson Missias, Anastasia e Rômulo Ferraz

O governador Antonio Anastasia e o TJMG, por meio do coordenador do Programa Novos Rumos, desembargador Nelson Missias de Moraes, assinaram, no dia 16 de dezembro, um convênio para a ampliação do modelo prisional alternativo, representado pela Associação de Proteção e Assistências aos Condenados (Apac). O juiz José Martinho Nunes Coelho, diretor Tesoureiro da Amagis, representou a Associação na solenidade realizada na Cidade Administrativa.

Serão construídas sete novas unidades nos municípios de Tupaciguara, Uberlândia, Montes Claros, Manhumirim, Barbacena, Itabirito e

Alfenas, resultando na criação de 812 vagas a pessoas condenadas.

No mesmo evento, o governador entregou também 737 viaturas para atendimento a municípios de todas as regiões do Estado. Foram destinados 559 veículos para a Polícia Militar e 178 para a Subsecretaria de Administração Prisional (Suapi).

O desembargador Nelson Missias ressaltou que o governador Antonio Anastasia é um antigo parceiro que sempre apoiou e acreditou nas Apacs, e que, com o ato, dá-se um passo fundamental na consolidação do modelo, que possibilitará um acréscimo de 40% de vagas no sistema. ●

GILMAR MENDES

Ministro reafirma importância do Judiciário para o País

O Poder Judiciário teve e terá um papel central no processo de consolidação das instituições brasileiras. Essa é a avaliação do ministro Gilmar Mendes, do STF, que, a convite da Amagis, proferiu palestra, no dia 13 dezembro, na sede da Associação, sobre os “25 anos da Constituição de 1988”.

O debate com Gilmar Mendes faz parte das iniciativas da Amagis para garantir a discussão de temas de interesse público, como a Constituição Federal, e integra o projeto da vice-presidência Socio-cultural-Esportiva, coordenada pelo desembargador Tiago Pinto.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, apontou que a ação é fundamental, uma vez que a magistratura cumpre diariamente sua função de garantir os direitos do cidadão, fazendo valer e legitimando o texto constitucional. Para o ministro, iniciativas como a da Associação enriquecem o estado democrático de direito por reafirmar a importância dos magistrados para a sociedade.

NORMALIDADE

Segundo o ministro Gilmar Mendes, a Constituição de 1988, nos seus 25 anos, marca o período mais longo de normalidade institucional do Brasil, pelo menos na vida republicana. E em uma breve análise histórica, o ministro observou que a sociedade brasileira estava exausta de todo o processo de arbítrio e de

Georgia Bacvaroff



Gilmar Mendes palestrou sobre os 25 anos da Constituição



Magistrados, advogados e estudantes no auditório da Amagis

mudanças de regras do período que antecedeu a elaboração da nova Constituição. E a consequência desse desgaste foi a possibilidade de realização de eleições diretas com o compromisso de que fosse feita a Constituinte. As diretas não foram aprovadas, mas, de acordo com Gilmar Mendes, apesar do modelo adotado na elaboração do texto ter sido analítico,

detalhado, ao longo dos anos, o País foi se acostumando a reformas na Constituição e o resultado desse aprendizado foi o equilíbrio entre as instituições.

Na avaliação do ministro, a Constituição de 1988 tem uma base poliárquica que garante sua funcionalidade e, além do modelo tradicional da Federação, estruturou a autonomia entre os Poderes, for-

talecendo o Judiciário. Outro aspecto positivo destacado por ele, mesmo com pequenas reformas, foi a ampliação e preservação dos direitos básicos e garantias individuais. “E, em situações especiais, a Justiça precisa suprir a legislação, sendo esse um dos deveres do Poder Judiciário pelo texto constitucional”, observou.

Para Gilmar Mendes, as conquistas da

cidadania, garantidas na Constituição, tiveram como consequência um aumento jamais visto, da judicialização das demandas sociais, gerando um quadro de litigiosidade sem igual no País. “Não podemos esquecer que, parte daquilo que chamamos de estado social brasileiro, passa pelo Judiciário”, lembrou o ministro, ao dizer que todos os pleitos da sociedade são sérios, sem deixar de reconhecer as dificuldades enfrentadas pela Justiça para suplementar as demandas públicas.

Para poder atender aos pleitos da sociedade, Gilmar Mendes considera necessário que os institutos sejam remodelados sem atropelos, preservando os valores indicados pela Constituição de 1988, pois, para ele, o caminho traçado no País, até o momento, só foi possível pelo compromisso assumido com a democracia. E, segundo o ministro, o Judiciário teve e terá um papel central no processo de consolidação institucional.

Ao final da palestra, o presidente em exercício do TJMG, desembargador Almeida Melo, disse que o ministro Gilmar Mendes preservava seu humanismo ao analisar o texto constitucional como um campo de interpretação das realizações sociais. O desembargador e constitucionalista Kildare Carvalho, que deu boas-vindas a Gilmar Mendes no início da palestra, ressaltou que é fundamental preservar a Constituição de 1988. ●

Tiago Parrela



ENTREVISTA >> MINISTRO GILMAR MENDES

O ministro Gilmar Mendes, do STF, é um dos coordenadores e autores do recém-lançado livro “Comentários à Constituição do Brasil”, composto por artigos de mais de 100 juristas. A obra marca as comemorações dos 25 anos de Constituição de 1998, considerada por Gilmar Mendes como um dos pilares da normalização institucional obtida pelo Brasil no período. Nesta entrevista à Amagis, o ministro fala mais sobre o nosso texto constitucional.

O senhor tem atribuído à Constituição a estabilidade democrática do País nestes 25 anos. Afinal, é o texto constitucional que é responsável por isso ou a maturidade do País?

Eu tenho a impressão de que as duas questões se colocam, tanto o modo de elaboração, os cuidados, os modelos institucionais que foram pensados, como também essa consciência de valorização da democracia. A sociedade brasileira sentiu-se exausta de todo o processo de arbítrio, de mudanças e regras que dizem respeito aos direitos básicos, e clamava por uma Constituinte. Isso construiu um modelo, que, a rigor, era um modelo até questionável de uma Constituição detalhada, talvez extremamente analítica, mas, ao longo dos anos, fomos nos acostumando a fazer as correções e, hoje, temos este resultado surpreendente: 25 anos de normalidade institucional. É o mais longo período de normalidade

institucional, pelo menos da vida republicana.

Quais são as virtudes desse texto constitucional?

Parece que essa Constituição procurou estruturar autonomias. Além do modelo tradicional, da federação estruturada, da definição de competências da União, dos Estados e dos Municípios, tivemos também uma preocupação com a tripartição dos Poderes, e o Judiciário saiu fortalecido dessa Constituição, com a ideia da autonomia administrativa e financeira. Também o Ministério Público, como nós o conhecemos hoje, é uma criação da Constituição de 1988. Fortaleceu-se também, de forma devida, a imprensa e a sociedade civil.

A Constituição já foi emendada mais de 70 vezes. Isso é um número excessivo ou estaria na hora de refazer Constituição?

Tenho a impressão de que não há de se refazer essa

Constituição, temos de prosseguir nesse processo de fazimento e aplicação da Constituição.

Essa Constituição foi montada em um momento inflacionário quando tínhamos uma inflação acentuada. Logo em seguida, temos no governo Collor, uma inflação exagerada que traduz o final do governo de Sarney. Então, logo nos primeiros momentos de aplicação desta Constituição, nós temos de enfrentar essa questão sensível, de debelar a inflação, porque do contrário não se conseguia traçar políticas públicas, estabelecer planos. Foram muitas as lutas travadas até que veio o governo Itamar Franco, com Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, pode se estabelecer o chamado Plano Real, que conseguiu a estabilização. Isso tudo sendo superado pelo processo de emenda, o que é interessante é que não se atingiu direitos e garantias fundamentais e a divisão sistemática

dos Poderes, Foram tratados de matérias que não são centrais no texto constitucional.

Existe um momento ideal para se refazer uma Constituição?

Quando a Constituição não mais regula as relações, como aconteceu no regime passado, veja que houve um consenso básico, nem as forças que vinham do regime anterior, e que continuavam tendo força política, quiseram sustentar aquela ordem. Poderia, no caso, ter havido, por exemplo, uma proposta de emendar aquela Constituição, mas não houve nenhuma proposta neste sentido. Houve um consenso básico no sentido de se construir uma nova ordem porque naquele momento já se desgastavam as relações. A Constituição já não tinha mais força normativa, havia uma desconfiança em relação a ela, já que tantas vezes tinha sido mal utilizada. Se a Constituição perde a força normativa de alguma forma, ela perde também essa legitimidade. ●

“

É o mais longo período de normalidade institucional, pelo menos da vida republicana Fortaleceu-se também, de forma devida, a imprensa e a sociedade civil

Houve um consenso básico no sentido de se construir uma nova ordem porque naquele momento já se desgastavam as relações

Se a Constituição perde a força normativa de alguma forma ela perde também essa legitimidade

”

COLÔNIAS DE FÉRIAS

Abertas inscrições para a Semana Santa de 2014

Arquivo da Amagis



Cabo Frio é uma das opções para o feriado

Os associados da Amagis têm o período de 9 de dezembro até 24 de janeiro para se inscrever para as Colônias de Férias da Amagis, durante a Semana Santa de 2014 (período de 15 a 22 de abril). O sorteio ocorrerá no dia 30 de janeiro.

Os associados interessados deverão se inscrever para uma única colônia. No caso de Nova Viçosa, é necessário optar por casa ou apartamento. Após o sorteio, os associados contemplados terão até cinco dias úteis para efetuar o pagamento referente à temporada sorteada.

A Amagis possui Colônias de Férias em diversas regiões, dentro de Minas Gerais e em outros estados, para ofertar aos associados várias opções de lazer e um ambiente agradável para poder descan-

sar e curtir as férias, ou mesmo um feriado. As cidades em que a Amagis possui colônias são: Caldas Novas (GO), Ubatuba (SP), Cabo Frio (RJ), Caxambu (MG) e Nova Viçosa (BA).

Em Caldas Novas, a Amagis possui 14 apartamentos, sendo 12 no Hotel Di Roma Resort, com capacidade para até quatro pessoas, e outros dois no Residencial Império Romano, que acomodam até três pessoas. Em Ubatuba, a Amagis possui seis casas no Condomínio Del Mar, com três quartos, sendo duas suítes, sala com TV e cozinha equipada (fogão, geladeira, micro-ondas).

Para mais informações, falar com Cacia, do setor de Colônia de Férias da Amagis, pelo telefone: (31) 3079-3459 – ou pelo e-mail: cacia@amagis.com.br. ●

APOSENTADORIA

Desembargadores despedem-se do TJMG

Marcelo Albert/TJMG



Guilherme Luciano Baeta Nunes

Tiago Parrela



Sebastião Pereira de Souza

No mês de dezembro, dois desembargadores despediram-se do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No dia

11, o desembargador Sebastião Pereira de Souza participou de sua última sessão na 16ª Câmara Civil, quando

foi homenageado pelos colegas. Sebastião Pereira afirmou que estava honrado e lisonjeado e pediu aos integrantes

da 16ª Câmara Cível para manterem sua justiça e retidão nas decisões, levando a justiça a todos que necessitam.

No dia 5 de dezembro, o desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes despediu-se da 18ª Câmara Cível do TJMG, em função de sua aposentadoria compulsória, ocorrida dia 10 de dezembro. Na ocasião, desembargadores da ativa, aposentados, familiares, operadores do direito e servidores do Tribunal se reuniram no plenário da Unidade Raja, onde aconteceu a sessão para homenagear o magistrado, que agradeceu a todos os presentes. O magistrado lembrou-se de sua trajetória e passagem pelas comarcas do interior de Minas, como Lajinha, Rio Pomba e Leopoldina, e destacou: “Como todos os colegas, travei o bom combate. Foram 40 anos de magistratura, mas chegou a minha vez. Não estou triste. Não estou triste. Preciso repetir isso para superar”, afirmou, emocionado. ●

INTERLOCUÇÃO

Parcerias são intensificadas

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, realizou reuniões com representantes de várias instituições em dezembro, com o objetivo de fortalecer a Associação e discutir temas de interesse da magistratura, especialmente as alterações na LODJ.

No dia 5 de dezembro, Herbert Carneiro recebeu, na sede da Associação, uma visita de cortesia do deputado Célio Moreira (PSDB) para tratar de projetos de interesse da magistratura. Já no dia 10, Herbert Carneiro reuniu-se com deputado Zé Maia (PSDB), na sede da

Associação, com o mesmo objetivo.

O presidente da Amagis tem mantido um intenso diálogo com representantes do Legislativo, sempre com o objetivo de tratar de projetos de interesse da magistratura.

Também no dia 5 de dezembro, Herbert Carneiro recebeu uma visita de cortesia do juiz Luiz Carlos Valois, do Estado do Amazonas, e membro eleito da Comissão de Direitos Humanos da AMB, para discutir projetos no setor na nova gestão da Associação nacional, empossada no dia 17 de dezembro. ●

Georgia Bacvaroff



Herbert Carneiro e Zé Maia

Georgia Bacvaroff



Célio Moreira e Herbert Carneiro

Tiago Parrela



Luiz Carlos Valois e Herbert Carneiro

PENSIONISTAS

Palestra de Natal aborda o perdão

Tiago Parrela



Encontro no salão de festas da Amagis

Como ocorre anualmente, as pensionistas da magistratura mineira, celebraram o Natal, no salão de festas da Amagis, durante seu tradicional Chá de Fim de Ano. O encontro proporcionou a palestra “O Desafio do Perdão”, pelo educador Júlio Machado, e uma apresentação musical dos desembargadores Guilherme Luciano, Eduardo

Brum e do convidado Renato Diniz.

A diretora de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, afirmou que, com o mesmo espírito de fraternidade e encanto de outros anos, recebia as pensionistas, mais uma vez, para celebrar o Natal. O desembargador Tibagy Sales, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, também saudou as pensionistas. ●

LIVRO

‘Resenhas’ traduz olhar sobre a vida

O juiz Ricardo Bastos Machado, de Passos, lançou o livro “Resenhas”, no dia 12 de dezembro, no salão do júri do Fórum desta Comarca, onde aconteceu a noite de dedicatórias. O lançamento foi prestigiado com a presença do coral Pequenos Cantores de Cássia. A obra foi prefaciada por Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza.

Leia um trecho da sinopse escrita por Regina Helena Bastianini: “Poesia filosófica ou filossófia poética é o que ressuma de seus textos: pela forma, cuidadosamente elaborada, sem

Divulgação



palavras a mais ou a menos – palavras suficientes para dizer a essência, para traduzir um olhar sobre a vida e sobre si mesmo; palavras que traçam um caminho de silêncio, solidão”. ●

GOVERNO HOMENAGEIA JUDICIÁRIO MINEIRO

As ações do TJMG e da Corregedoria-Geral de Justiça foram homenageadas pelo Governo de Minas Gerais, no dia 9 de dezembro, durante comemorações dos 10 anos do programa Descomplicar. Iniciativas como o Selo de Fiscalização Eletrônica e o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro foram citados como exemplos de desburocratização. ●

TJMG INSTALA VARA EM IBIRITÉ

O TJMG instalou, no dia 4 de dezembro, na Comarca de Ibitité (Grande BH), a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais, que terá abrangência nas cidades vizinhas de Sarzedo e Mário Campos. O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, compareceu à cerimônia de instalação, além de outras autoridades. ●

NOVOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

O presidente do TRE, desembargador Antônio Carlos Cruvinel, inaugurou, em dezembro, duas novas sedes de cartórios eleitorais no interior do Estado. No dia 4, foi instalada, em Conselheiro Pena, a 89ª Zona Eleitoral, e, no dia 6, foi instalada a 58ª Zona Eleitoral de Camanducaia. ●

MEMÓRIA

Mejud inaugura acervo literário de magistrados

A Memória do Judiciário mineiro (Mejud) está organizando, desde o início deste ano, acervo que reúne cerca de 400 livros, de autoria dos magistrados mineiros e servidores do Judiciário. As obras já estão disponíveis, reunindo na biblioteca “Memória Intelectual” do Mejud, um expressivo patrimônio com temas literários, filosóficos e jurídicos.

O desembargador Aluízio Alberto da Cruz Quintão é um dos autores homenageados na “Memória Intelectual”, por ter publicado livros jurídicos, literários e de história. Segundo o desembargador, essa é uma importante iniciativa da Mejud, desembargador Lúcio Urbano, porque desperta uma nova ocupação dos magistrados e também registra o lado intelectual da magistratura, além de renovar e atualizar o acervo do Tribunal.

Em novembro passado, a Memória do Judiciário mineiro completou 25 anos de preservação e conservação de fatos relevantes da história do Judiciário mineiro, além de reunir objetos e processos importantes da história do Judiciário mineiro.

Criado em 1988, a Mejud tem como objetivo manter o acervo histórico do Poder Judiciário preservando sua história. Foi dirigida, inicialmente, pelo historiador e membro do Instituto Histórico de Minas Gerais, desembargador Antônio Pedro Braga, na presidência

do desembargador José Arthur de Carvalho, no TJMG. O Judiciário mineiro tem mais de 300 anos de história, e, no aniversário de 25 anos da Mejud, o inconfidente e poeta Tomás Antônio Gonzaga foi um dos homenageados por ter sido um dos primeiros magistrados em Minas Gerais.

O acervo da Mejud reúne um patrimônio histórico de cerca de 80% de toda documentação cartorária produzida no Brasil, principalmente do período colonial e do Império. Possui arquivos de materiais escritos, objetos, fotografias e quadros, que contam a história não só de Minas Gerais, mas também do Brasil.

A Mejud produz, regularmente, atividades de conscientização dessa história, com palestras, exposições em escolas, itinerantes, temáticas, além de uma exposição permanente, na sala de exposição do museu do Tribunal.

Entre os objetos deste acervo, encontram-se a urna que sorteava os nomes dos jurados, um conjunto de bacia e jarro, onde os magistrados lavavam as mãos, para, simbolicamente, dizerem que estavam com as mãos limpas. Encontram-se também uma série de processos de grande repercussão, como por exemplo, o erro Judiciário de Araguari, o “processo do Marcha a ré”, que foi o primeiro processo julgado no edifício da rua Goiás, em Belo Horizonte, o processo de Tiradentes, com os autos da devassa. ●

Marcelo Albert/TJMG

**Acervo reúne cerca de 400 livros de magistrados**

Marcelo Albert/TJMG

**Mejud completou 25 anos em 2013**

Marcelo Albert/TJMG

**Espaço preserva a história do Judiciário**

SAÚDE E TECNOLOGIA

Aplicativo organiza metas para 2014

A chegada de um novo ano, geralmente, traz consigo o desejo de renovação de vida, novos projetos financeiros, familiares, pessoais entre outros. Reformar a casa, fazer uma viagem esperada, trocar de carro, abrir mão das coisas antigas para dar lugares a novas ideias e concretizações. Porém, as pessoas não devem se esquecer de que saúde é fundamental para aproveitar os prazeres da vida.

Quem faz o alerta é o cardiologista do 'Amor à Vida' (programa de saúde do Amagis Saúde), Danilo Castro Pires de Almeida. De acordo com ele, adotar hábitos, como atividades físicas, reduzir o peso, parar de fumar e controlar a hipertensão, pode ser fundamental para um 2014 mais saudável. "Essas medidas alteram a qualidade

de vida e transformam o cotidiano de qualquer pessoa", afirma.

Aqueles que estão curtindo as férias também devem ficar atentos às recomendações médicas. Entre elas, evitar exposição prolongada ao sol e utilizar, sempre, o protetor solar; ingerir quantidade restrita de álcool e dar preferência à alimentação rica em frutas, verduras e carnes magras.

RECURSO

Para garantir que as metas para o novo ano não sejam esquecidas, foi lançado um aplicativo para smartphones, chamado Metas de Vida. Ele permite que você estipule seus objetivos (que podem ser vários, simultaneamente), por exemplo: beber água, emagrecer, parar de fu-



mar, comer frutas, dormir melhor, usar o filtro solar, etc. Para cada um, há uma configuração específica. O aplicativo é gratuito e está disponível na internet nas lojas da Google e Apple. ●

DESPEDIDA

Amagis homenageia Sueli Tréssia

A diretoria da Amagis homenageou, no dia 12 de dezembro, a coordenadora do departamento de saúde da Associação,

Sueli Tréssia Abrão, que, após 12 anos de dedicação à magistratura e ao Amagis Saúde, decidiu se aposentar.

Na ocasião, ela recebeu uma placa da diretoria com os seguintes dizeres: Sueli Tréssia – Profissional digna da mais profun-

da admiração pela forma incansável e competente com a qual se dedicou e honrou o nome do Amagis Saúde – Receba nossos sinceros agradecimentos.

Emocionada, Sueli agradeceu o carinho de todos e disse que as referências feitas a ela pelos diretores da Amagis são, na verdade, um reconhecimento a todos os funcionários do Amagis Saúde, pois, segundo ela, sozinha não teria dado conta do desafio. Com a aposentadoria de Sueli, o Amagis Saúde passou a ser coordenado por Marina Shizuko, que antes trabalhava na auditoria do plano. ●

Adriano Boaventura



Diretoria agracia Sueli pelos 12 anos de dedicação

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgina Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

REGULAÇÃO

Amagis Saúde cobre novos procedimentos da ANS

O novo rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – listagem mínima de consultas, exames e tratamentos que os planos devem oferecer – entrou em vigor no dia 2 de janeiro deste ano. Com a publicação da Resolução Normativa 338, foram incluídas 87 novas obrigações, das quais 37 são medicamentos oncológicos via oral.

Atento às necessidades dos usuários do Amagis Saúde, mesmo antes da publicação da nova resolução, o conselho Gestor de Saúde da Associação já autoriza a cobertura da grande maioria das novas exigências feitas pela ANS, inclusive, todos os medicamentos de via oral para tratamento do câncer em casa recomendados pela agência.

De acordo com a nova coordenadora do departamento de saúde da Associação, Marina Shizuko, para obter a cobertura dos procedimentos o usuário do plano deve enviar o pedido do médico com a justificativa para a auditoria do Amagis Saúde, que, a partir das orientações da ANS, irá avaliar, entre outros, a eficácia do tratamento recomendado. Segundo ela, esse trabalho evita, por exemplo, o uso de

remédios não regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A coordenadora antecipa que a auditoria do Amagis Saúde segue as Diretrizes de Utilização de Tratamentos, cujos critérios, estabelecidos pela ANS, normatizam a liberação dos procedimentos, relacionando cobertura à segurança e efetividade dos procedimentos.

AMPLIAÇÕES

Além das inclusões, a ANS ampliou o uso de procedimentos já ofertados pela agência, fixando o limite de sessões e consultas para cada uma das especialidades (veja ao lado, alguns exemplos). As novas orientações contemplam o cuidado integral à saúde e o tratamento multidisciplinar, em um modelo parecido ao do programa 'Amor à Vida' do Amagis Saúde.

A revisão do rol da ANS é feita a cada dois anos, por meio de consulta pública. Neste ano, aconteceu entre os meses de junho e agosto, contando com 7.340 contribuições, das quais 50% foram de consumidores, 16% de representantes de planos de saúde e mais 16% por prestadores de serviços e gestores de saúde. ●

AMPLIAÇÕES

Especialidade

Novo Rol

FONOAUDIOLOGIA

(pacientes com apnéia de sono, com queimadura de cabeça e pescoço, trato respiratório, boca ou faringe e pacientes com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade)

De 6 para 24
consultas /sessões



(Autismo, Retardo Mental)

De 6 para 48
consultas /sessões



(Transtornos de Linguagem expressiva e compreensiva, Disfagia, Disfasia, Afasia, Disartria, Anartria, Apraxia, Dislexia, Disfonias crônicas e perda de audição)

De 24 para 48
consultas /sessões



(Todos os outros casos não enquadrados)

De 6 para 12
consultas /sessões



NUTRIÇÃO

(Sobrepeso e obesidade e também para pacientes ostomizados e após cirurgia gastrointestinal)

De 6 para 12
consultas /sessões



INCLUSÕES

Especialidade

Novo Rol

PSICOLOGIA

(Candidatos a laqueadura, vasectomia, cirurgia bariátrica, implante coclear e pacientes ostomizados/estomizados)

Inclusão de 12
consultas /sessões

PSICOTERAPIA

(Portadores de transtornos de personalidade e ampliação das indicações para transtornos de humor)

Inclusão de 12
consultas /sessões

FISIOTERAPIA

Inclusão de consulta
com Fisioterapeuta